

Intervenção

Giacomo OBERTO

Secretário Geral da União Internacional de Magistrados

Cerimônia de abertura da reunião do Grupo Africano UIM

MAPUTO (Moçambique)

8 de maio 2017

- Sua Excelência Filipi Jacinto NYUSI, Presidente da República de Moçambique
- Senhor Carlos MONDLANE, Presidente da Associação Moçambicana de Juizes,
- Senhora Elisa SAMUEL, Secretária executiva da Associação Moçambicana de Juizes,
- Senhor Christophe REGNARD, Presidente da UIM,
- Senhor Cagney MUSI, Vice-Presidente da UIM e Presidente do Grupo Africano da UIM,

...

Caros colegas,

É uma grande honra e um prazer participar nesta reunião do Grupo Africano da UIM aqui em Maputo.

Como vocês já sabem, a AMJ já organizou uma reunião do Grupo em 2012, a que eu assisti, como nossos presidentes atuais da UIM e do Grupo Africano da UIM. Eu mantenho muito boas lembranças daquele evento e tenho certeza de que também vou manter ótimas lembranças da reunião que vai começar hoje mesmo.

Os temas e as preocupações que ocupam o Judiciário no mundo inteiro nestes momentos já foram abordadas pelo Presidente Régnard.

O cenário que aparece deste relatório, infelizmente, não pode ser no momento presente tão otimista. Na verdade, em quase todo o mundo, o princípio da separação de poderes foi consagrado em Constituições, resoluções e declarações. No entanto, se considerarmos a prática real e algumas leis em muitos países europeus ou não europeus, devemos

reconhecer que os ensinamentos que foram atendidos são mais os de Napoleão do que os de Montesquieu.

A tendência ao nível da legislação ordinária é aquela de organizar o Judiciário numa forma piramidal, mais como um exército, do que como um conjunto de órgãos dotados do dever de realizar o mesmo tipo de atividade, que está a tornar a justiça de forma autônoma e independente. Além disso, temos de registar nestes últimos meses uma escalada de ataques à independência judicial em muitas áreas do nosso mundo.

Muitas destas situações já foram citadas pelo nosso Presidente Régnard.

O caso recente e dramático da Turquia é um claro exemplo do que está acontecendo. Desde a metade de julho do ano passado cerca de 4.000 juízes e fiscais foram removidos do cargo e muitos deles foram presos; eles ainda estão na prisão sob condições horríveis.

Assim que a repressão aos juízes e promotores turcos foi anunciada pela imprensa no dia 16 de julho 2016, a UIM foi a primeira organização judicial a reagir da maneira mais forte possível. Por esta razão, o Comité da Presidência autorizou o Grupo Europeu da UIM, juntamente com outras organizações internacionais de juízes, a tomar uma iniciativa sem precedentes, promovendo a criação de uma «Plataforma para um Judiciário Independente na Turquia».

A UIM está a dirigir-se à comunidade internacional para tentar obrigar a Turquia a respeitar o Estado de Direito e a independência judicial. Vamos tentar coordenar as nossas atividades neste domínio com a ação do Gabinete do Relator Especial da ONU sobre a independência dos juízes e advogados. A UIM está também a pressionar o Conselho da Europa, do qual a Turquia faz parte, a fim de convencer os seus representantes oficiais a tomarem todas as medidas necessárias a diferentes níveis (temos em mente o campo da cooperação jurídica com a Turquia em todos os domínios possíveis da justiça: da eficiência e da CEPEJ [Comissão Europeia pela eficiência da justiça] à qualidade das decisões judiciais, do Estado de direito a ética judicial, da formação judiciária às reformas processuais, etc.).

Outras iniciativas devem ser pensadas, possivelmente envolvendo organismos como a Comissão de Veneza do Conselho da Europa e o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos. Permitam-me acrescentar neste ponto que, pessoalmente, sinto-me particularmente perturbado que um

representante da atual Turquia se encontre num Tribunal cuja missão é verificar e avaliar a conformidade de sistemas democráticos na Europa com os princípios da Convenção Europeia dos Direitos do Homem.

Como sinal de solidariedade com os nossos colegas turcos, o Comité da Presidência da UIM decidiu que na reunião geral que teve lugar na Cidade do México no mês de outubro de 2016, um lugar fosse reservado para a Turquia nas reuniões, como se os colegas turcos estivessem presentes. Este lugar vazio foi, em primeiro lugar, um tributo à resiliência dos membros da YARSAV, bem como um sinal de afeito e compaixão para os nossos colegas e amigos turcos. Em segundo lugar, esse assento vazio constituiu uma lembrança silenciosa dos riscos e dos perigos que confrontam a independência judicial em qualquer lugar do mundo e um silencioso lembrete de que esta preciosa pedra angular do Estado de Direito nunca deve ser considerada uma aquisição permanente, mas como uma conquista pela qual temos de lutar por toda a nossa vida profissional.

Além disso, estamos assistindo na Europa (e particularmente na Itália) uma dramática perda de prestígio do judiciário, especialmente contra os advogados que estão se tornando cada vez mais agressivos. Em face dessa agressividade crescente, muitos chefes de tribunais pela covardia, preferem deixar seus juízes sozinhos, para não terem problemas. O resultado final é a perda dramática de independência judicial, como a tendência geral esta ficando deixar os advogados agressivos ganhar suas causas.

Neste contexto, gostaria também de mencionar duas importantes atividades que a UIM vem realizando nestes últimos tempos.

A primeira é a atualização da Carta Universal do Juiz, aprovada em 1999 em Taiwan. Esse trabalho já foi evocado pelo Presidente Régnard. Uma comissão especial está trabalhando duro nela e os vários órgãos de nossa organização são chamados para dar suas contribuições. O projeto elaborado sob a direção do Presidente Christophe Régnard é uma base muito boa e completa para um documento que trata de todos os aspectos da vida e das atividades judiciais: independência externa e interna, recrutamento, carreira, autoadministração, formação, disciplina e eficiência do judiciário.

A outra iniciativa que eu gostaria de mencionar é a elaboração, no âmbito da Associação Europeia de Juízes (Grupo Regional Europeu da

UIM), de um projeto de protocolo à Convenção Europeia dos Direitos do Homem relativo à independência judicial. Se conseguíssemos que este instrumento fosse aprovado pelo Conselho da Europa e, se abrissemos à assinatura dos Estados-membros teremos finalmente um documento vinculativo, o que poderia por conseguinte, reforçar as atuais recomendações e declarações do Conselho da Europa que, infelizmente, não são vinculativos.

Caros colegas, neste dia de felicidade ao ver a família do Grupo Africano da UIM reunida pela segunda vez neste País, eu queria agradecer (também em nome de todo o Secretariado Geral da UIM) a todos que colaboraram para a organização deste evento. Eu queria particularmente parabenizar a Associação Moçambicana de Juizes, pelo grande esforço e a constante assistência que, nestes últimos meses, ela nos prestou praticamente todos os dias resolvendo problemas, fornecendo ajuda, proporcionando conselhos e acomodando todos os nossos pedidos. Um agradecimento especial vai para nossa querida colega Senhora Juíza Elisa SAMUEL e para toda sua equipe.

Mais uma vez o Moçambique deu e está dando provas de ser um pilar fundamental do Grupo Africano da nossa organização.

Muito obrigado!